

DIRIGIDO AO COMISSÁRIO INDIGITADO**Thierry BRETON****Comissário indigitado do Mercado Interno****1. Competência geral, empenho europeu e independência pessoal**

Quais são os aspetos das suas qualificações e experiência pessoal que considera particularmente relevantes para exercer as funções de Comissário e promover o interesse geral europeu, nomeadamente no domínio pelo qual poderá vir a ser responsável? Quais são as suas motivações?

«Os nossos países tornaram-se demasiado pequenos para o mundo de hoje, comparados com o potencial dos meios técnicos modernos, com a América e Rússia de hoje e a China e a Índia de amanhã».

São palavras de Jean-Monnet, de 1954. A sua declaração é hoje ainda totalmente exata. Precisamos de uma Europa forte e todos os europeus necessitam de trabalhar em conjunto para podermos competir a nível mundial. Ao mesmo tempo, importa não esquecermo-nos que são as regiões e os cidadãos que constituem a Europa.

Ao longo de toda a minha vida, sempre que me foram atribuídas responsabilidades, tentei contribuir para a construção da nossa Europa.

Licenciei-me em ciências informáticas na SUPELEC e iniciei a minha vida profissional a partir da minha própria empresa de software.

Aos 30 anos, fui eleito conselheiro regional e Vice-Presidente da região de Poitou-Charentes durante 6 anos. Chefeei o trabalho de construção do «Futuroscope», o primeiro parque temático da Europa dedicado à tecnologia. A minha ambição era ajudar a nossa sociedade a entender sem receio o futuro e, já nessa altura, as oportunidades do domínio digital.

Quando fui presidente de uma empresa mundial especializada em tecnologia de imagem, defendi a capacidade europeia de inovação e de investigação a nível mundial.

Em seguida, fui presidente do operador histórico de telecomunicações francês, onde contribuí para a convergência na indústria pela primeira vez entre a rede fixa, a móvel e a Internet. Tentei antecipar o impacto do digital no futuro dos meios de comunicação social e do audiovisual, que estão agora plenamente integrados.

Enquanto Ministro da Economia, das Finanças e da Indústria francês, lutei para reduzir a dívida pública e privada, na medida em que prejudica o futuro e cria dependência. Toda a minha estratégia foi concebida de modo a que a França voltasse a cumprir os critérios de Maastricht, e conseguimos. Assumi este compromisso como uma contribuição direta para a estabilidade europeia.

Por último, fui presidente de um grupo europeu e mundial no domínio das tecnologias digitais e da cibersegurança, uma sociedade europeia (SE), organizada com uma sede em França e uma na Alemanha. A primeira no setor sem emissões de carbono. Há uma característica comum à minha experiência, à minha motivação e à minha vida: a paixão. Paixão antes de mais pela tecnologia, paixão pela economia e o espírito empresarial, paixão pelo bem público e, evidentemente, paixão pelo projeto europeu.

Vir a ser membro da Comissão, se for aceite, permitir-me-á contribuir para a minha paixão pelo projeto europeu e consolidar todos os diferentes aspetos da minha carreira: de empresário de PME a diretor executivo de uma empresa europeia de craveira mundial, ministro e representante eleito.

De que modo contribuirá para a apresentação da agenda estratégica da Comissão?

As orientações políticas que a Presidente eleita von der Leyen estabeleceu refletem a sua ambição de uma Europa que «deve liderar a transição para um planeta saudável e um novo mundo digital». Se a minha nomeação for aprovada, farei tudo o que estiver ao meu alcance para concretizar esta ambição. Ao fazê-lo, trabalharei com os meus colegas no Colégio, sob a liderança da Presidente e dos três Vice-Presidentes executivos, bem como convosco, ou seja o Parlamento Europeu e o Conselho. Precisamos, mais do que nunca, de trabalhar em conjunto para responder aos desafios geopolíticos que a Europa enfrenta. Acredito numa Europa que «pode conciliar o social e o mercado» — como afirmou a Presidente eleita nas orientações. Esta é uma Europa que ajuda todos a realizar o seu potencial. É uma Europa aberta ao mundo mas que defende os seus interesses. Uma Europa que vê o mundo à sua volta com todas as suas complexidades sem ser ingénua.

Contribuirei para a realização da agenda estratégica definida pela Presidente, através do seguinte:

- **Um mercado único que trabalhe em prol das pessoas e transforme a Europa num interveniente na cena mundial**

O mercado único é uma das realizações mais importantes da construção europeia. Significa oportunidades para as pessoas. Significa mais escolha e melhor proteção para os consumidores. Significa ser capaz de viver e trabalhar facilmente noutro Estado-Membro. Um mercado único que funcione deve garantir a aplicação das suas regras. Não hesitarei em utilizar todos os meios ao meu dispor para aplicar essas regras. Resistirei a qualquer tentação de protecionismo nacional e de reconstrução de fronteiras económicas entre os nossos países. Quero um continente onde todas as empresas, independentemente da sua dimensão, possam crescer facilmente além-fronteiras e considerem o mercado único como a sua casa. É resolvendo o problema da fragmentação que a Europa pode ser forte e funcionar como um verdadeiro ator global.

- **Configurar o espaço digital**

Como aconteceu com os espaços já conquistados e moldados pelo homem — terra, mar, ar e finalmente espaço exterior — temos de imprimir a nossa marca no espaço digital, garantindo a sua segurança e abertura a todos. Quero propor regras claras que protejam os direitos e as liberdades dos europeus, garantindo simultaneamente a segurança jurídica de que as nossas empresas, especialmente as mais pequenas, necessitam. Os domínios prioritários incluirão a inteligência artificial (IA), os dados, a cibersegurança e o papel das plataformas que serão

abrangidos pela legislação relativa aos serviços digitais. Prestarei especial atenção aos meios de comunicação social e ao setor audiovisual que desempenham um papel vital para a nossa democracia e identidade europeia, além de darem um contributo para o crescimento e o emprego.

- **Apoiar a transição para uma economia com impacto neutro no clima**

O nosso objetivo de nos transformarmos no primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050 irá enquadrar todas as políticas europeias. O Pacto Ecológico Europeu terá de ter uma forte dimensão industrial. Certificar-me-ei de que a UE apoia o nosso tecido industrial para continuar a organizar a transição ecológica e que as novas tecnologias desempenham um papel fundamental na consecução do nosso objetivo. É igualmente crucial assegurar que todas as empresas — grandes e pequenas — participem nesta transição e que acompanhem e promovamos novas oportunidades para as pessoas e as regiões afetadas pela transição para uma indústria mais limpa e mais ecológica.

- **Construir a soberania tecnológica da Europa**

A Europa não pode concretizar a sua transição digital e ecológica se não se dotar de soberania tecnológica. Não se trata de um conceito protecionista, mas simplesmente de dispor de alternativas tecnológicas europeias em setores vitais relativamente aos quais ainda nos encontramos atualmente em situação de dependência. Precisamos de trabalhar em conjunto a nível europeu em domínios de importância estratégica, como a defesa, o espaço e as tecnologias essenciais, como a 5G e as tecnologias quânticas. Ao fazê-lo, devemos concentrar-nos em colmatar a fratura digital e envolver todas as regiões da Europa.

Para implementar esta visão de transformar a Europa num líder nos domínios digital, tecnológico e industrial, que se apoia num mercado único integrado, definirei objetivos claros para cada prioridade que possam ser avaliados ao longo do mandato. Velarei por que estas prioridades sejam definidas com o Parlamento Europeu e o Conselho, mas também com a sociedade civil e a indústria. Estou convencido de que, juntos, podemos ajudar a Europa a ser competitiva a nível mundial, colocando ao mesmo tempo os nossos povos e o nosso ambiente no centro do nosso desenvolvimento tecnológico.

Como tenciona aplicar na prática a integração da perspetiva de género e integrar esta última em todas as áreas políticas da sua pasta?

É essencial que as mulheres possam participar plenamente em todos os setores económicos. Como presidente da minha última empresa, considerava de extrema importância que as mulheres tivessem a garantia de ter tantas oportunidades de sucesso como os homens. A empresa organizou muitas iniciativas coroadas de êxito e figura regularmente nas listas dos empregadores mais inclusivos. Também reformulou os procedimentos de contratação para os tornar tão neutros quanto possível em relação ao género.

Se for confirmado como Comissário, comprometo-me a adotar esta atitude na Comissão e no seu processo de elaboração de políticas. Estou plenamente empenhado em melhorar o equilíbrio entre homens e mulheres e implementar a integração da perspetiva de género em todos os domínios e estruturas sob as minhas responsabilidades.

Além disso, tenciono continuar o trabalho dos meus predecessores nesta área, incluindo as iniciativas lançadas pelas Direções-Gerais Mercado Interno, Indústria, Empreendedorismo e

PME (DG GROW) e Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias (DG CNECT) no sentido de sensibilizar as pessoas para a promoção do empreendedorismo feminino, nomeadamente através do lançamento de uma plataforma eletrónica para as mulheres empresárias, da criação de uma rede europeia de investidoras providenciais e de uma rede de plataformas para as empresárias da Web. Trabalharei em estreita colaboração com a Comissária da Igualdade para prosseguir o Compromisso Estratégico para a Igualdade de Género 2016-2019 da Comissão.

Que garantias de independência pode dar ao Parlamento Europeu e como tenciona assegurar que nenhuma das suas atividades passadas, presentes ou futuras possa levantar dúvidas sobre o desempenho das suas funções na Comissão?

Assim que for nomeado, comprometo-me a cumprir integralmente sem exceções nem hesitações as obrigações decorrentes do Tratado em matéria de independência e transparência, imparcialidade e disponibilidade, conforme definidas no artigo 17.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia e no artigo 245.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

Se a minha nomeação de comissário for confirmada, respeitarei inteiramente a letra e o espírito do Tratado, em especial a obrigação de agir no interesse europeu e sem receber quaisquer instruções. Honrarei igualmente o Código de Conduta dos Comissários e as suas disposições em matéria de conflitos de interesses. A minha declaração de interesses está completa e acessível ao público.

Como explicado na minha declaração de interesse, decidi tomar medidas radicais para prevenir qualquer potencial conflito de interesses no que se refere às minhas atividades passadas.

Sem aguardar a minha audição perante o Parlamento Europeu, vendi a totalidade da minha carteira de ações e demiti-me de qualquer tipo de mandatos em empresas ou associações. Hoje não detenho ações nem cumpro qualquer tipo de mandato.

Além disso, aplicarei exatamente a mesma intransigência que apliquei ao tornar-me Ministro da Economia, das Finanças e da Indústria em França, vindo do setor privado. Por conseguinte, aplicarei com o máximo rigor o Código de Conduta dos Membros da Comissão, nomeadamente o artigo 2.º, n.º 6, relativo à obrigação de evitar qualquer situação que possa dar origem a um conflito de interesses ou que possa ser entendida como tal. Seguirei cuidadosamente o procedimento estabelecido no artigo 4.º do Código em caso de potenciais conflitos de interesses. Neste contexto, e com o acordo da Presidente, evitarei automaticamente qualquer decisão de gestão financeira, contratual ou semelhante que diga diretamente respeito à empresa ATOS ou a uma das suas entidades.

Decidi tomar todas estas medidas a fim de trabalhar com total confiança com todos os deputados do Parlamento Europeu, no respeito mais profundo pelo mandato conferido pelo Parlamento Europeu, em nome de todos os nossos concidadãos europeus.

2. Gestão da pasta e cooperação com o Parlamento Europeu

- **Em que sentido se consideraria responsável e obrigado a prestar contas, perante o Parlamento, por ações suas ou dos seus serviços? Que compromissos específicos está**

disposta a assumir em termos de reforço da transparência, de maior cooperação e de tomada em consideração efetiva das posições e pedidos ao Parlamento em matéria de iniciativa legislativa? Relativamente às iniciativas previstas e aos procedimentos em curso, está disposto a transmitir ao Parlamento as informações e os documentos, em pé de igualdade com o Conselho?

Se a minha nomeação for confirmada, respeitarei plenamente o princípio da colegialidade e assumirei total responsabilidade política pelas atividades da minha área de competência, tal como estabelecido na carta de missão que me foi enviada em 7 de novembro. A pasta que a Presidente eleita tenciona atribuir-me está no cerne das principais ambições que são o Pacto Ecológico Europeu, uma economia que funciona para as pessoas, uma Europa apta para a era digital e uma Europa mais forte no mundo. Tenciono cooperar no trabalho dos Vice-Presidentes executivos e coordenar as minhas ações com todo o Colégio de Comissários, a fim de garantir o cumprimento destas ambições.

Se receber a confiança desta câmara, trabalharei com o maior empenho em conceber iniciativas para o futuro da Europa, da sua economia e dos seus cidadãos. É por esta razão que me apoiarei numa abordagem aberta e cooperativa ao longo de todo o processo legislativo, procurando obter o parecer e o apoio do Parlamento Europeu. O Parlamento Europeu representa a voz dos cidadãos europeus e terei plenamente em conta os seus pontos de vista. Irei ao Parlamento Europeu e às suas comissões para ouvir, trocar pontos de vista e trabalhar em conjunto com os seus membros.

Tomarei muito a sério o princípio da responsabilização perante o Parlamento Europeu. Irei às reuniões das comissões, às sessões plenárias do Parlamento Europeu e às discussões tripartidas. Assumirei a minha responsabilidade política perante o Parlamento em conformidade com o Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e aplicarei as suas regras.

Tratarei sempre o Parlamento Europeu em pé de igualdade com o Conselho, na qualidade de colegislador, e facultarei a ambas as instituições o mesmo número de documentos e informações. Assegurar-me-ei de que Parlamento Europeu é regularmente informado, nomeadamente antes de grandes eventos e em fases essenciais das negociações internacionais em domínios sob a minha responsabilidade.

A confiança, a transparência e a abertura serão os princípios pelas quais se pautarão sempre as relações que eu, o meu gabinete e os meus serviços teceremos com o Parlamento Europeu.

Transparência

As orientações políticas da presidente eleita, von der Leyen, sublinham que as nossas instituições devem ser abertas e irrepreensíveis em questões de transparência a fim de recuperar a confiança dos cidadãos na União.

Estou, por conseguinte, plenamente empenhado em aplicar as amplas disposições em matéria de transparência e de fluxo de informações previstas no Acordo-Quadro sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão e no Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Em especial, velarei por que estas disposições sejam respeitadas no quadro dos meus diálogos estruturados e de outros contactos com as comissões parlamentares.

Contribuirei também para os esforços continuados da Comissão no sentido de informar os

cidadãos sobre o papel da Comissão no quadro institucional da UE. Além disso, as propostas políticas sob a minha responsabilidade basear-se-ão em consultas adequadas de peritos e do público, em conformidade com os princípios «Legislar Melhor».

Tomada em consideração das posições do Parlamento e dos seus pedidos em matéria de iniciativa legislativa

A Presidente eleita Ursula von der Leyen apoia o direito de iniciativa do Parlamento Europeu. Comprometeu-se a que a sua Comissão garanta o acompanhamento, através de um ato legislativo, das resoluções do Parlamento aprovadas por maioria dos seus membros, no pleno respeito dos princípios da proporcionalidade, da subsidiariedade e da iniciativa «Legislar Melhor». Apoio plenamente este objetivo.

Trabalharei em conjunto com o Parlamento em todas as fases das resoluções. Comprometo-me a trabalhar em estreita colaboração com as comissões parlamentares competentes, estando empenhado e presente na elaboração de resoluções. Acredito firmemente que tal irá melhorar o diálogo, promover a confiança e o sentimento de que trabalhamos em conjunto para alcançar um objetivo comum.

Transmissão de informações e documentos

Para além da minha precedente declaração sobre a garantia de que as comissões parlamentares sejam envolvidas em todos os desenvolvimentos importantes sob a minha responsabilidade, concomitantemente e em pé de igualdade com o Conselho, estou plenamente consciente de que facultar informações e documentos ao Parlamento Europeu é um aspeto essencial do aprofundamento da parceria com a Comissão. Por conseguinte, comprometo-me a aplicar plenamente as disposições pertinentes do Acordo-Quadro entre as duas instituições e do Acordo Interinstitucional «Legislar Melhor». Os Tratados consagram a paridade do Conselho e do Parlamento enquanto colegisladores. Garantirei que este princípio é respeitado no âmbito da comunicação de informações nos domínios sob a minha responsabilidade.

Perguntas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia

Quais são as principais prioridades políticas que tenciona levar a cabo no domínio mais significativo que lhe é proposto no âmbito da sua pasta e que se insere nas competências da Comissão ITRE, a saber, a economia e a sociedade digitais, a indústria, as PME, a indústria da defesa e o espaço? Quais são as iniciativas legislativas e não legislativas específicas, incluindo instrumentos financeiros, que prevê adotar para a concretização dessas prioridades, em particular no que se refere a iniciativas no domínio da soberania tecnológica da Europa, nomeadamente a cibersegurança, a inteligência artificial, as tecnologias do livro-razão distribuído, a computação de alto desempenho, as redes de comunicações, os dados, bem como as principais cadeias de valor na defesa, no espaço e noutros setores? Qual seria o teor principal dessas iniciativas e que calendário seguiriam? Como pretende assegurar que o novo Plano de Ação para a Economia Circular contribua para a estratégia industrial global da UE? Como tenciona aplicar na prática a regra da «Comporta Regulatória» em relação às propostas legislativas no seu domínio de intervenção?

Os próximos anos definirão o papel da Europa no mundo. A rapidez da revolução tecnológica e digital, a necessidade de adaptar a nossa sociedade e economia às alterações climáticas e o aumento da concorrência de fora da Europa constituem desafios que enfrentamos coletivamente, suscetíveis de agravarem as disparidades sociais. A minha prioridade será ajudar os cidadãos e as empresas europeias a adaptarem-se a estas mudanças e a aproveitar as oportunidades que oferecem.

Economia e sociedade digitais

Novas tecnologias como a inteligência artificial (IA), a tecnologia 5G, a computação de alto desempenho, a computação quântica e a robótica prometem melhorar a qualidade de vida, a segurança e a prosperidade dos europeus. Para concretizar este potencial, temos de adotar uma abordagem da inovação e da digitalização sustentável e centrada no ser humano. Criação de crescimento aliada à fidelização dos nossos valores, tal deve constituir a marca registada do «digital fabricado na UE».

Graças ao forte apoio do Parlamento Europeu, a Europa fez grandes progressos no sentido de um mercado único digital. Certificar-me-ei agora de que as regras adotadas são devidamente aplicadas. Porém, temos de ir mais longe.

Em conformidade com a minha carta de missão, apresentarei os trabalhos sobre um quadro regulamentar para a implantação de uma IA centrada no ser humano, em coordenação com o Vice-Presidente executivo responsável pelo pelouro «Preparar a Europa para a era digital». Esta iniciativa ajudará a definir normas sólidas a nível mundial para uma IA fiável, com uma forte proteção dos consumidores, limitando simultaneamente a carga regulamentar sobre a inovação e o desenvolvimento empresarial. Procurará igualmente evitar a fragmentação do mercado único que possa resultar de várias iniciativas nacionais. O novo quadro regulamentar para a IA assentará nos trabalhos do grupo de peritos de alto nível e nos resultados da consulta e ensaio dos requisitos essenciais para uma IA fiável.

A IA baseia-se em dados. Quero certificar-me de que estamos a avançar para um verdadeiro mercado único dos dados. Com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), a

Europa dispõe de um quadro regulamentar de craveira mundial em matéria de dados pessoais. No entanto, há ainda trabalho a fazer para incentivar os fluxos de dados entre as empresas e entre estas e as entidades públicas. A Europa tem a oportunidade de estabelecer, para uma economia baseada nos dados, um modelo que coloque os cidadãos e as empresas, incluindo as PME, no controlo dos seus dados e garanta, simultaneamente, uma melhor disponibilidade dos mesmos. É necessário apoiar a criação dos ecossistemas adequados para que os dados circulem no mercado único e alimentem as nossas capacidades industriais. Quero promover a emergência de «espaços comuns europeus de dados» em diferentes setores. Tenciono desenvolver o Regulamento sobre a livre circulação de dados e a Diretiva «Dados Abertos» para melhorar a disponibilidade de dados, a sua circulação através das fronteiras e dos setores e a sua reutilização.

A Presidente eleita também me encarregou de preparar a legislação relativa aos Serviços Digitais. Tal deverá reforçar o mercado único para todos os serviços digitais, ajudando em especial as pequenas empresas, as empresas em fase de arranque e as empresas em expansão a beneficiarem de clareza jurídica em toda a UE, e tendo em conta a maior dimensão de certos atores no mercado. A legislação procurará proporcionar um quadro europeu para as próximas vagas de inovação e oportunidades de mercado nos serviços digitais, promovendo simultaneamente os valores europeus. Trabalharei em estreita colaboração com o Vice-Presidente executivo responsável pelo pelouro «Preparar a Europa para a era digital», seguindo um processo de consulta e de avaliação rigoroso, a fim de definir o âmbito exato de aplicação e as medidas da legislação relativa aos Serviços Digitais.

A transição para a economia digital levanta muitas outras questões políticas e regulamentares, desde as questões de concorrência relacionadas com o poder de mercado, às questões laborais relacionadas com a economia das plataformas ou a tributação. Garantirei a aplicação rigorosa das regras de transparência e equidade introduzidas no regulamento relativo às relações entre as plataformas e as empresas. Trabalharei em estreita colaboração com a Vice-Presidente executiva responsável pela pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital», a fim de avaliar se são necessárias medidas adicionais neste domínio. Apoiarei também firmemente o trabalho do Comissário do Emprego para estudar formas de melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas, em conformidade com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Os setores do audiovisual e dos meios de comunicação atravessam uma tendência para a convergência entre os serviços de conteúdos e os serviços em linha. O vídeo é agora parte integrante das ofertas das principais plataformas em linha e as obras audiovisuais representarão 80 % de todo o tráfego na Internet em 2022. Por conseguinte, gostaria de apresentar uma abordagem holística para o setor, com o nosso quadro regulamentar e os nossos instrumentos financeiros, incluindo o programa MEDIA. Apresentarei um plano de ação sobre a competitividade e o pluralismo da riqueza do setor audiovisual e dos meios de comunicação social. Pretendo centrar-me na aplicação da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual (Diretiva SCSA) alterada e numa utilização inteligente dos nossos programas e instrumentos financeiros para apoiar os meios de comunicação social e o setor audiovisual à medida que progridem na transformação digital.

Em seguida descreverei em pormenor as medidas adicionais relacionadas com a cibersegurança e a conectividade.

Indústria e PME

Os 25 milhões de PME da Europa constituem a espinha dorsal da economia da UE. Representam 99,8 % de todas as empresas da UE no setor não financeiro, empregam dois terços da mão de obra e contribuem com mais de 50 % para o valor acrescentado da UE. As PME também têm interligações estreitas com empresas de maior dimensão, quer através de cadeias de valor, quer através da inovação que podem trazer para grandes empresas. Temos de dar resposta aos desafios que enfrentam, desde os encargos administrativos à procura da mão de obra de que necessitam. As PME devem estar no centro da nossa estratégia industrial, bem como dos nossos esforços para reforçar o mercado único e impulsionar a transição da Europa para a sustentabilidade, a digitalização e a inovação.

Considero uma prioridade contribuir para a nova estratégia para as PME e para a nova estratégia industrial anunciada pela Presidente eleita. Ambos integrarão plenamente o nosso objetivo de ser o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050 e apoiar a economia circular. Apresentarei mais pormenores sobre estas estratégias nas respostas seguintes.

Soberania tecnológica

A dependência excessiva em relação à tecnologia estrangeira no setor estratégico da economia expõe a UE, os seus Estados-Membros e as suas empresas às perturbações da cadeia de abastecimento, ao aumento da influência e do controlo estrangeiros e às preocupações em matéria de segurança. Como parte da estratégia industrial, apresentarei, por conseguinte, medidas destinadas a reforçar a soberania tecnológica da Europa, utilizando todos os instrumentos ao meu dispor para tal. Desenvolverei as medidas específicas nesta matéria em relação à estratégia industrial.

Defesa e espaço

Os progressos registados nos últimos anos em matéria de cooperação europeia no domínio da defesa não têm precedentes. Assegurarei, em especial, que o Fundo Europeu de Defesa e os seus programas-piloto produzam resultados. Tenciono prosseguir uma agenda clara e ambiciosa para promover a cooperação industrial europeia no domínio da defesa nos próximos cinco anos, rumo a uma verdadeira União Europeia da Defesa.

A Europa é uma potência espacial, a segunda no mundo. Tal deve-se a grandes investimentos, nomeadamente através dos dois grandes programas que são o Galileo, o sistema europeu de navegação por satélite e o Copernicus, o sistema europeu de observação da Terra. Através do programa espacial da UE, desenvolverei uma agenda espacial ambiciosa para a Europa.

Desenvolverei mais pormenorizadamente a minha abordagem para o espaço e a defesa nas perguntas e respostas específicas que se seguem.

Regra da «Comporta Regulatória»

A Presidente eleita von der Leyen indicou claramente que a legislação europeia tem de proporcionar benefícios à UE sem aumentar os encargos burocráticos. Por conseguinte, cada nova proposta da UE que introduz obrigações para as empresas e os cidadãos deve ser acompanhada de uma redução equivalente desses encargos no mesmo domínio de intervenção. Será uma tarefa difícil, mas estou confiante de que, com a minha experiência e a minha visão global da pasta que me incumbe, poderei encontrar soluções eficazes e eficientes.

Quais serão as suas prioridades principais no domínio da economia e sociedade digitais, por exemplo no que diz respeito à cibersegurança, à implantação de redes da próxima geração e às futuras tecnologias móveis, bem como no apoio ao Código Europeu das Comunicações Eletrónicas? Em particular no que se refere à cibersegurança, como tenciona criar uma Unidade Cibernética Conjunta (nomeadamente, no que concerne à sua composição, às tarefas e ao impacto nos atuais intervenientes da União neste domínio) e compromete-se a propor um novo instrumento jurídico horizontal para estabelecer obrigações vinculativas em matéria de cibersegurança (por exemplo, em relação às atualizações de software) para todos os produtos conectados?

Para além do que expus na minha resposta à pergunta anterior, gostaria de expor as minhas prioridades nos domínios da cibersegurança, das redes de próxima geração e das futuras tecnologias móveis, bem como do Código das Comunicações. Todos estes fatores contribuem de forma decisiva para a transição digital e aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar em conjunto com o PE.

Cibersegurança e Unidade Cibernética Conjunta

A UE realizou progressos significativos no domínio da cibersegurança graças a um forte apoio do Parlamento Europeu, em especial das comissões ITRE e IMCO. A adoção da primeira legislação horizontal em matéria de cibersegurança (Diretiva Segurança das Redes e da Informação, ou seja, «Diretiva SRI»), que torna permanente a Agência da UE para a Cibersegurança (ENISA), com um mandato reforçado e o lançamento do quadro pioneiro de certificação da cibersegurança a nível mundial para produtos e serviços de TIC, contribuiu para aumentar o nível de confiança entre os Estados-Membros.

Mas precisamos de continuar a melhorar e a reforçar o nosso quadro e capacidades de cibersegurança, uma vez que as novas tecnologias fundamentais, como a 5G e a IA, fazem parte da vida quotidiana dos europeus. Com base nos resultados obtidos no passado e nos trabalhos em curso, no início do meu mandato, lançarei uma nova abordagem em matéria de cibersegurança, com quatro ações-chave.

Em primeiro lugar, precisamos de passar de uma «necessidade de saber» para uma atitude de «necessidade de partilhar» entre os Estados-Membros para que a cooperação em matéria de cibersegurança e a partilha de informações se tornem o princípio orientador em todos os domínios. É por esta razão que a Presidente eleita von der Leyen me incumbiu de dirigir o trabalho de criação de uma nova Unidade de Cibersegurança Conjunta, que assegurará uma cooperação reforçada, bem como um mecanismo de assistência mútua em tempos de crise a nível da UE. Esta iniciativa irá melhorar a resiliência cibernética da UE em domínios fundamentais, incluindo a aplicação da lei e a dimensão da defesa, uma vez que irá necessariamente aproveitar e tirar partido dos conhecimentos especializados e dos quadros de cooperação existentes a nível dos Estados-Membros e da UE.

Em segundo lugar, com base na experiência da primeira legislação horizontal em matéria de cibersegurança, apresentarei uma revisão da Diretiva SRI, o mais tardar até à primavera de 2021.

Em terceiro lugar, o Regulamento Cibersegurança estabeleceu uma abordagem comum de certificação da cibersegurança em todo o continente. Com a aplicação da legislação, a Comissão e a ENISA irão implantar sistemas de certificação em domínios prioritários como a 5G ou a computação em nuvem. A introdução de regimes de certificação voluntária foi um passo na

direção certa. Avaliarei a necessidade de certificação obrigatória para determinadas categorias de produtos e serviços das TIC, de acordo com as disposições do Regulamento Cibersegurança.

Por último, mas não menos importante, para que a Europa esteja na vanguarda das tecnologias de ponta, tanto em termos de investigação como de capacidades industriais, teremos de reunir os nossos conhecimentos muito dispersos mas significativos em matéria de cibersegurança. A Europa tem um total de 660 centros de especialização dispersos pelos Estados-Membros. Interligar e reunir este conhecimento especializado é precisamente o objetivo e o espírito da criação de um Centro Europeu de Competências Industriais, Tecnológicas e de Investigação em Cibersegurança e a Rede de Centros Nacionais de Coordenação. Trabalharei com o Parlamento Europeu e o Conselho para dar um novo impulso a esta proposta.

Conectividade

A conectividade rápida é fundamental para aproveitar os benefícios económicos e sociais do mercado único. No entanto, ainda não a temos instalada e muitos dos nossos cidadãos, pequenas empresas, escolas e hospitais ainda não dispõem de ligações suficientemente rápidas, o que agrava a atual clivagem digital. Por conseguinte, trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros para assegurar a consecução dos objetivos estratégicos de conectividade estabelecidos para 2025. Farei com que seja dada prioridade à promoção de investimentos privados muito necessários, reduzindo, ao mesmo tempo, o custo da implantação em redes de capacidade muito alta, incluindo, se necessário, com uma eventual revisão da Diretiva relativa à redução dos custos da banda larga. Prosseguirei também a iniciativa WIFI4EU para assegurar uma cobertura mais ampla do acesso gratuito à Internet sem fios nos espaços públicos dos municípios de toda a UE.

Para colmatar a clivagem da conectividade, o novo Código das Comunicações Eletrónicas é um instrumento essencial que facilita o investimento em redes de alta capacidade seguras, protegendo simultaneamente os consumidores (incluindo o reforço do número de emergência 112). Assegurarei a sua transposição oportuna e a rápida adoção dos atos secundários.

Trabalharei com os Estados-Membros para acelerar o processo no sentido de permitir a utilização das bandas de frequências necessárias para a implantação da 5G para cumprir o prazo legal, marcado para o fim de 2020. O investimento na tecnologia 5G deve continuar a ser uma prioridade e basear-se-á nos novos instrumentos do próximo orçamento de longo prazo da UE, nomeadamente o Mecanismo Interligar a Europa Digital, o Programa Europa Digital, a iniciativa InvestEU e os instrumentos de capital de risco.

Mas temos de avançar e olhar para os novos progressos tecnológicos, como a IA, os grandes volumes de dados ou a Internet das coisas, e, em última análise, conseguir planificar a próxima geração: a 6G. Uma parceria estratégica institucionalizada sobre redes e serviços inteligentes para além da 5G e em direção à 6G poderia ajudar a enfrentar os desafios futuros. Vou impulsionar pessoalmente os esforços da Europa para desenvolver as tecnologias para além da 5G que serão necessárias no futuro.

Cibersegurança das redes 5G

É fundamental garantir que as nossas redes de 5G sejam resilientes e seguras. Nesta matéria, não podemos ser ingénuos. Estou empenhado no processo ambicioso estabelecido na

Recomendação 5G da Comissão sobre a cibersegurança das redes 5G. Na sequência da avaliação coordenada dos riscos elaborada pela UE em conjunto com os Estados-Membros, espero que o mercado tenha mais clareza sobre as medidas que podem ser utilizadas pelos Estados-Membros para fazer face aos riscos identificados. O objetivo é dispor de um conjunto de instrumentos comuns de melhor gestão dos riscos.

Velarei igualmente por que a tecnologia seja colocada ao serviço da segurança. Os governos, as forças armadas, os bancos, as agências, os hospitais, os sistemas baseados no espaço e as companhias aéreas deverão garantir que a segurança e a cifragem impeçam terceiros não autorizados a acederem às suas informações confidenciais. No âmbito dos projetos de grande impacto para garantir a soberania tecnológica da UE, prestarei um forte apoio ao desenvolvimento e à implantação na UE, nos próximos dez anos, de uma infraestrutura de comunicação quântica certificada de extremo a extremo baseada no conceito de distribuição de chave quântica. Tal será fundamental para assegurar a comunicação na Europa. Gostaria de incentivar os centros de investigação, as empresas privadas e outras entidades públicas a unir forças para desenvolver e implantar uma infraestrutura de comunicação quântica plenamente segura de extremo a extremo que integre as tecnologias de satélites e terrestres. Sopesarei de que modo poderá ser financiada no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual no âmbito de diferentes programas.

Nas orientações políticas para a próxima Comissão Europeia, a Presidente eleita mencionou uma nova estratégia industrial sem, todavia, fornecer pormenores concretos. Como pretende assegurar que a nova estratégia industrial integrada da UE a longo prazo contribua, nomeadamente, para a criação de empregos de elevada qualidade, o aumento da contribuição industrial para o PIB da União, a redução do risco de deslocalização das indústrias para fora da UE, garantindo que a participação dos países terceiros em indústrias e infraestruturas estratégicas seja devidamente fiscalizado, bem como promovendo sinergias entre as várias políticas europeias, a fim de reduzir o risco de consequências nefastas para as indústrias da UE, respeitando, simultaneamente, os objetivos do Acordo de Paris? Para o efeito, teria em consideração a criação de uma «União da Indústria» (semelhante ao conceito de «União da Energia») para consolidar e coordenar os esforços no sentido de alcançar os objetivos acima referidos?

A futura estratégia industrial europeia será uma das principais iniciativas da próxima Comissão. Considero que é um plano abrangente e ambicioso destinado a tornar a nossa indústria ecológica, digital e competitiva a nível mundial, sem deixar de assegurar simultaneamente a qualidade de vida dos nossos cidadãos.

O seu desenvolvimento deve ser inclusivo desde o início. Trabalharei em estreita colaboração com os Vice-Presidentes executivos e com o Colégio, a fim de garantir a sua coerência e abrangência, e que assenta em sinergias entre as diferentes políticas. Contribuirei para o trabalho do Vice-Presidente executivo responsável pelo Pacto Ecológico Europeu, a fim de garantir a sua conformidade com o Acordo. Voltarei a esta casa e ao Conselho para pedir uma opinião antes da adoção da nova estratégia industrial.

Considero que a abordagem correta consiste em propor etapas mensuráveis, que podem ser alcançadas através de uma combinação de instrumentos vinculativos e não vinculativos, como fizemos com a União da Energia. No entanto, o modo como o faremos e como o designaremos é uma decisão que tomaremos em conjunto.

Definição do quadro regulamentar adequado: um mercado único mais forte.

Um mercado único mais forte (físico e digital) é uma condição prévia para termos uma indústria competitiva. A dimensão e a importância relativas dos serviços para a indústria transformadora estão a aumentar. Trabalharei, por conseguinte, para melhorar o funcionamento do mercado único, especialmente no domínio dos serviços, através de uma melhor aplicação das regras existentes, da eliminação dos obstáculos remanescentes e da prevenção do aparecimento de novos.

Velarei por que o nosso quadro regulamentar seja adequado à era digital, com iniciativas em matéria de IA, dados, cibersegurança e legislação sobre os Serviços Digitais, tal como explicado acima.

Garantir que os trabalhadores possuem as competências de que necessitam

O melhor trunfo da Europa é o seu talento. Precisamos de criar as condições adequadas para que todos possam realizar o seu potencial e adquirir as competências de que necessitam no contexto das transições digitais e ecológicas. Trabalharei em estreita colaboração com o Comissário responsável pela Inovação e Juventude e o Comissário responsável pelo Emprego, para que possamos propor iniciativas que apoiem e complementem as estratégias nacionais. Precisamos de trabalhar em conjunto com a indústria, os sindicatos, as instituições de ensino e formação e as autoridades públicas para identificar as competências que são e serão necessárias, numa abordagem baseada na procura.

Aproveitar as oportunidades da transformação digital

Velarei por que a legislação setorial seja revista e adaptada à era digital, a fim de aproveitar as oportunidades oferecidas pela digitalização. Setores como as máquinas, a indústria automóvel, a construção, as indústrias criativas, a moda ou os produtos de beleza beneficiarão consideravelmente de uma abordagem integrada.

Lançarei uma série de diálogos setoriais para definir um plano de trabalho para o êxito da sua digitalização. Além disso, terei em conta as necessidades específicas do setor audiovisual e dos meios de comunicação social num plano de ação específico.

Acelerar a transição para uma indústria da UE com impacto neutro no clima e circular

Para além do apoio financeiro a projetos hipocarbónicos, incluindo a melhoria do financiamento sustentável a nível da UE e dos Estados-Membros, proporei medidas para garantir que a nossa indústria assente na liderança em tecnologias limpas, aproveite as oportunidades de crescimento internacional e faça uma utilização eficiente dos recursos. Proporei igualmente a criação de um observatório da transição industrial para monitorizar os progressos da indústria no sentido da neutralidade climática e da circularidade.

Contribuirei para o trabalho do Comissário responsável pelo Ambiente e pelos Oceanos sobre um segundo plano de ação para a economia circular, de grande alcance. Abrangerá todo o ciclo de vida dos produtos e materiais, algumas das principais cadeias de valor e outras questões horizontais. Apoiarei igualmente iniciativas destinadas a assegurar que o setor público utilize estrategicamente o seu poder de compra coletivo para moldar o mercado e garantir o desenvolvimento de soluções sustentáveis. E, juntamente com o Comissário responsável pela Coesão e pelas Reformas, velarei por que nenhuma região fique para trás (especialmente as que estão em transição). Reforçarei o nosso compromisso com os agentes da economia social e os

nossos esforços para desenvolver modelos empresariais enraizados no ambiente local.

Procurarei assegurar que as tecnologias digitais contribuem para a neutralidade climática e para a economia circular (TIC para a produção ecológica), por exemplo nos domínios do armazenamento de energias renováveis ou da modelização do impacto climático assente na IA. Ao mesmo tempo, tomarei medidas para reduzir a pegada de carbono da indústria das TIC. Promoverei um setor das TIC mais ecológico através da promoção de centros de dados eficientes do ponto de vista energético, da IA, da cadeia de blocos e das redes de telecomunicações.

Por último, os veículos menos poluentes desempenharão um papel importante na realização da nossa agenda em matéria de ar limpo. Tomarei todas as medidas necessárias em prol dos veículos com emissões baixas ou nulas, especialmente após o escândalo «Dieselgate». Tal incluirá o trabalho sobre veículos elétricos a bateria, bem como a próxima geração de limites de emissão de poluentes.

Construir a soberania tecnológica da Europa

A soberania tecnológica e a liderança industrial exigem grandes projetos de interesse estratégico. Nenhum Estado-Membro pode, por si só, dar uma resposta adequada aos atuais desafios estratégicos.

A partilha de recursos entre os Estados-Membros e a indústria para apoiar o desenvolvimento de cadeias de valor estratégicas e projetos de grande impacto em toda a Europa resultará no desenvolvimento de um ecossistema sólido e reforçará a soberania tecnológica da Europa. Iniciativas bem-sucedidas, como projetos importantes de interesse europeu comum (IPCEI) no domínio da microeletrónica e das baterias, ou os esforços no domínio da computação de alto desempenho mostraram que é possível alcançar uma mudança radical através da união de forças. Coordenarei e apoiarei projetos em domínios fundamentais como a IA, a cibersegurança, a computação de alto desempenho e quântica, os processadores de consumo reduzido, a tecnologia de cadeia de blocos, a federação de serviços de computação em nuvem e as redes inteligentes, bem como as redes 5G, entre outros. Utilizarei todos os instrumentos ao meu dispor para realizar este objetivo (programas de financiamento — em especial o Horizonte Europa e a Europa Digital, as parcerias público-privadas, as empresas conjuntas e os IPCEI).

Proporei a introdução de um fórum permanente de governação de alto nível, a fim de assegurar um diálogo permanente com os Estados-Membros e a indústria para identificar novas cadeias de valor estratégicas que exijam grandes investimentos transfronteiras. Prestarei também especial atenção à questão das matérias-primas críticas que se encontram no início de muitas cadeias de valor estratégicas.

Assegurarei a utilização do potencial dos contratos públicos para acelerar a transição para a neutralidade climática e, de um modo mais geral, estimular a inovação. Trabalharei sempre que necessário no sentido de assegurar que o nosso quadro de propriedade intelectual (PI) seja coerente e adaptado.

Outro elemento para manter a soberania tecnológica da Europa é o regulamento relativo à análise dos investimentos diretos estrangeiros, que permite à Comissão examinar e, se for caso disso, emitir pareceres sobre as aquisições de empresas da UE que apresentem um risco para a segurança e a ordem pública. Velarei por que as três direções-gerais cujo trabalho

supervisionarei controlem atentamente os investimentos relevantes que possam afetar os projetos ou programas de interesse da UE nas áreas sob a minha responsabilidade.

Quais as medidas concretas que prevê adotar para promover a política da União para as pequenas e médias empresas (PME), em particular no que diz respeito à integração do princípio de «pensar primeiro em pequena escala», atualizando, se necessário, a definição de «PME», em conformidade com o mais recente acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia, e prestando especial atenção às «microempresas» e às «empresas em fase de arranque»? Como tenciona assegurar que as PME disponham de um acesso fácil a um financiamento adequado e de uma redução maior dos seus encargos administrativos? Como será implementada a «estratégia específica para as PME» delineada nas orientações políticas para a próxima Comissão Europeia? Ademais, qual seria a função do «representante para as PME», mencionado na sua carta de missão, e de que forma será selecionado?

O meu principal instrumento será a nova estratégia para as PME. Adotarei uma abordagem da base para o topo, envolvendo todos os intervenientes relevantes no desenvolvimento de soluções para os desafios das PME. Envidarei esforços especiais para visitar os Estados-Membros, as capitais e as regiões e falar com as empresas e os trabalhadores, bem como com os governos e os parlamentos nacionais. Há três grandes domínios que temos de abordar:

1. Melhorar o acesso das PME ao financiamento
2. Ajudá-las a explorar oportunidades na nova economia digital e sustentável;
3. Reduzir os encargos regulamentares que enfrentam.

Em primeiro lugar, trabalharei em conjunto com o Vice-Presidente executivo indigitado para a pasta «Uma Economia ao serviço das Pessoas» para a melhoria das oportunidades de financiamento. Tenciono fazer mais ao abrigo do Fundo InvestEU em prol de milhares de PME. Certificar-me-ei de que as PME têm um ponto de entrada único para todos os pedidos de informação sobre as oportunidades de financiamento da UE, em vez de terem de analisar uma vasta gama de diferentes programas individuais.

Faremos também mais para apoiar as PME na utilização de ofertas públicas iniciais (OPI). Devemos assegurar que o financiamento está disponível ao longo de todo o ciclo de uma empresa e aumentar o número de PME que beneficiam das OPI, alargando a cobertura dos instrumentos financeiros existentes. Esta abordagem deverá estar operacional já em 2021 no âmbito do programa InvestEU.

É igualmente necessário garantir que as PME são pagas em tempo útil. Não podemos aceitar que, em muitos casos, as PME sejam pagas com mais de 100 dias de atraso. Não hesitarei em instaurar processos por infração contra os Estados-Membros cujas autoridades não paguem a tempo. Analisarei igualmente as diferentes opções para assegurar uma melhor aplicação da diretiva relativa aos atrasos de pagamento.

Em segundo lugar, ajudarei as PME a explorar oportunidades na nova economia digital e sustentável. Utilizarei de forma mais intensa a Rede Europeia de Empresas, a maior rede de apoio às PME do mundo, ligando mais de 600 organizações locais, regionais e nacionais de toda a Europa. Reforçarei também a proteção da propriedade intelectual. Até agora, só 9 % das nossas PME utilizam a propriedade intelectual e, conseqüentemente, as suas invenções correm

o risco de não serem comercializadas na Europa. Vou modernizar o sistema de desenhos ou modelos para que possam trabalhar para as PME, reduzindo os custos e a complexidade.

Através do Programa Europa Digital, reforçarei os Polos Europeus de Inovação Digital para que as PME possam beneficiar do aconselhamento e testar as inovações digitais. Lançarei também uma série de diálogos setoriais específicos.

Criarei a função de «conselheiro da sustentabilidade» no âmbito da Rede Europeia de Empresas e procurarei facilitar o acesso das PME ao financiamento para investir na sustentabilidade. Velarei igualmente por que possam beneficiar de ações específicas em matéria de competências e de contratos públicos.

Basear-me-ei no programa de 2016 da Comissão para as empresas em fase de arranque e no programa Startup Europe, para analisar as possibilidades de criar um sistema de constituição de empresas mais fácil à escala da UE, o acesso a trabalhadores de alta tecnologia de dentro e fora da UE (visto de emprego) e a consulta fiscal dos planos de opções de ações para os trabalhadores de empresas em processo de alienação. Para facilitar a expansão das empresas existentes, novas iniciativas, como a nova iniciativa de alta tecnologia Europa 100, poderiam ajudar 100 empresas de forte crescimento de alta tecnologia a desenvolver as suas atividades em todo o mundo.

Em terceiro lugar, reduzirei os encargos regulamentares das PME. Solicitarei ao Comité de Controlo da Regulamentação que aprofunde o seu escrutínio da dimensão PME em todas as avaliações de impacto.

Iniciarei um diálogo com o Parlamento e o Conselho para reforçar as avaliações de impacto sobre o efeito das principais alterações legislativas nas PME. Através da nossa rede de representantes das PME, trabalharei com os Estados-Membros para estabelecer prioridades comuns em domínios em que a competência regulamentar é mista.

Velarei igualmente por que as regras do mercado único tenham em conta as necessidades específicas das PME — por exemplo, facilitando a mobilidade laboral para resolver o problema da escassez de competências a nível regional, juntamente com o Comissário do Emprego. Vou garantir que o ato legislativo sobre os serviços digitais proporciona às PME e às jovens empresas inovadoras a previsibilidade e a clareza jurídica de que necessitam.

Subjacente a todas estas medidas, irei nomear um representante para as PME a tempo inteiro. Este representante ouvirá as preocupações das PME, impulsionará a estratégia para as PME e aproximará a comunidade das PME da Europa. Será apoiado por um novo grupo de trabalho para as PME horizontal a várias DG.

Que medidas prevê adotar para contribuir para a competitividade da indústria da UE? Pretende adotar medidas específicas para cada setor, com vista a apoiar os setores industriais europeus sujeitos a uma concorrência feroz a nível mundial, como, por exemplo, a indústria aeroespacial (incluindo helicópteros e drones), a indústria da defesa, a indústria das telecomunicações, a indústria automóvel, as indústrias de alta intensidade energética e a indústria manufatureira? De que modo pretende garantir que as componentes das cadeias de valor estratégicas localizadas na UE continuem a fazer parte das futuras cadeias de valor a nível mundial, em particular no âmbito das novas

tecnologias? Ademais, como tenciona garantir que a transformação industrial promova a adoção de produtos, processos e tecnologias que sejam seguros e respeitem o clima, prevenindo simultaneamente a deslocalização das emissões de carbono para países terceiros? Que medidas específicas tenciona tomar para prevenir a deslocalização das emissões de carbono?

Tal como descrito em pormenor na minha resposta anterior, considero que a competitividade da indústria europeia depende da sua capacidade de fazer a transição para a sustentabilidade e a digitalização, assegurando simultaneamente a soberania tecnológica da Europa e reforçando o seu mercado único.

O desenvolvimento de cadeias de valor estratégicas em toda a Europa é um elemento fundamental da competitividade da Europa. Tal como acima descrito, a minha intenção é centrar-me num número limitado de tecnologias com impacto em vários setores, a fim de desenvolver cadeias de valor à escala europeia, permitindo à Europa competir a nível mundial.

Para além destas tecnologias e setores conexos, gostaria igualmente de colocar a tónica no turismo, que representa 10 % do PIB da UE e assume uma grande importância para a Europa e as suas regiões. As questões do turismo de massas colocam alguns problemas que não são sustentáveis, pela emergência de novos intervenientes, como as plataformas, e pela necessidade de dispor de uma mão de obra qualificada. Quero apoiar a transformação do setor para que o nosso continente possa continuar a ser o primeiro destino turístico do mundo.

Adoção de produtos, processos e tecnologias que sejam seguros e respeitem o clima

A adoção de inovações seguras e respeitadoras do clima exige esforços tanto do lado da procura como do lado da oferta. Seguindo o exemplo da estratégia para os plásticos, trabalharei com os principais intervenientes das cadeias de valor mais importantes para ajudar a adequar a procura e a oferta de tecnologias inovadoras, materiais reciclados e serviços ambientais. Além disso, tal como acima referido, a transformação digital pode incentivar a adoção de soluções respeitadoras do clima. Em primeiro lugar, as tecnologias digitais podem melhorar a eficiência ambiental dos processos industriais, produtos e serviços para se tornarem mais ecológicos. Em segundo lugar, trabalharei para reduzir a pegada ambiental da indústria das TIC.

Outra prioridade será acelerar a transição das indústrias com utilização intensiva de energia para a neutralidade climática — como o aço e os produtos químicos — e a cadeia de valor do setor automóvel. Os trabalhos do Grupo de Alto Nível sobre as indústrias com utilização intensiva de energia constituem uma base sólida para os trabalhos futuros.

Deslocalização das emissões de carbono para países terceiros

Embora esteja empenhado em garantir o mais elevado nível de segurança e sustentabilidade para todos os produtos, processos e tecnologias, estou também ciente de que diferentes níveis de ambição em termos de políticas climáticas podem distorcer a concorrência e criar riscos de fuga de carbono. A Presidente eleita anunciou a introdução de um imposto sobre o carbono nas fronteiras, a conceber pelo Comissário responsável pela Economia, em plena conformidade com as regras da OMC. Eu dou todo o meu apoio a este trabalho.

Como tenciona apoiar, nomeadamente através de regras da concorrência, as empresas e as empresas em fase de arranque europeias, para que estas se desenvolvam, cresçam e se

tornem, eventualmente, líderes a nível mundial? Pretende prosseguir uma política europeia de «campeões»? Neste contexto, qual é a sua opinião sobre o desenvolvimento futuro das normas em matéria de política antitrust e de auxílios estatais?

Acredito em empresas europeias sólidas e sãs, capazes de competir, em primeiro lugar, em casa e, em seguida, a nível mundial, com os gigantes mundiais dos EUA, da China e de outros países.

A política de concorrência não impede, por si só, a criação de intervenientes europeus fortes e competitivos. Por exemplo, eu próprio consegui construir uma empresa europeia bastante grande e competitiva, capaz de competir na cena mundial no domínio dos serviços informáticos. A concorrência leal no mercado único é um dos principais motores da competitividade das empresas, uma vez que exige que as empresas inovem e invistam. A política de concorrência permite-nos criar uma indústria eficiente, competitiva e inovadora.

No entanto, tal como a Presidente eleita escreveu na carta de missão ao Vice-Presidente executivo do pelouro «Preparar a Europa para a era digital», temos de garantir que a nossa política e as nossas regras de concorrência são adequadas à economia moderna e contribuem para uma indústria europeia forte na Europa e no mundo. Neste contexto, é necessário avaliar e rever as regras da concorrência da Europa.

Precisamos também de pôr em prática uma política industrial forte, desprovida de qualquer tipo de ingenuidade para com os nossos concorrentes internacionais. Tal inclui ações destinadas a resolver os efeitos de distorção dos subsídios estrangeiros no mercado interno, tal como previsto na estratégia UE-China.

A falta de integração do mercado único constitui um importante obstáculo à emergência de atores europeus fortes com uma dimensão global. Para serem competitivas no estrangeiro, as nossas empresas têm primeiro de ser competitivas em casa e ter um mercado para crescer. Nenhuma empresa digital em fase de arranque pode crescer para competir com os gigantes do mundo se tiver de lidar com 27 regimes jurídicos diferentes. É por esta razão que continuarei a trabalhar no sentido de aprofundar e reforçar o mercado único.

Tal como acima descrito, devemos reforçar as nossas capacidades tecnológicas e os nossos ativos industriais, bem como utilizar adequadamente os instrumentos ao nosso dispor (comércio, mercados públicos e programas financeiros) para permitir que as empresas europeias operem nas mesmas condições que os seus concorrentes mundiais.

Que medidas pretende adotar para garantir que a política espacial da UE promova o desenvolvimento e a adoção de aplicações e serviços espaciais a jusante, assegurando, deste modo, que a União se mantenha a par de outros principais intervenientes internacionais, a fim de apoiar o crescimento e a titularização da sociedade e da economia europeias? Neste contexto, prevê apoiar ações específicas destinadas a facilitar a investigação e o desenvolvimento de tecnologias específicas, como as tecnologias quânticas, no setor espacial? Qual é a sua visão relativamente à «ligação crucial entre o espaço, a defesa e a segurança», como mencionado na sua carta de missão, e que medidas tenciona adotar para melhorar essa ligação?

Política espacial da UE

A minha primeira prioridade será garantir a continuidade e completar a constelação dos programas Galileo e Copernicus. O novo orçamento será utilizado em primeiro lugar para manter e modernizar as infraestruturas existentes do Galileo e do Copernicus, de modo a que os nossos sistemas continuem a ser líderes mundiais.

A minha segunda prioridade será adaptar os nossos ativos a novas necessidades, como as alterações climáticas, a segurança ou a Internet das coisas. Quero que o Copernicus contribua para a liderança política da Europa no combate às alterações climáticas, na economia de grandes volumes de dados e na IA. O Galileo deve tornar-se um motor da Internet das coisas, dos automóveis conectados e automatizados e da economia das aplicações, contribuindo simultaneamente ainda mais para a segurança da Europa.

A minha terceira prioridade é adaptar a nossa política espacial às novas realidades. O programa espacial da UE é de importância estratégica para a Europa: trata-se de uma questão de soberania estratégica e independência tecnológica de países terceiros:

- uma vez que não existe uma verdadeira política espacial para a Europa sem um acesso independente ao espaço, apoiarei o acesso europeu ao espaço, em particular através da agregação da nossa procura institucional e da implantação de novas tecnologias.
- O espaço é um promotor da segurança. Duas novas iniciativas virão contribuir para este objetivo: (i) Conhecimento da situação no espaço (SSA) para evitar colisões e outros perigos espaciais e (ii) uma iniciativa governamental de comunicação por satélite (GOVSATCOM) destinada a dar aos Estados-Membros e às instituições da UE uma comunicação por satélite fiável e segura.

Graças à nova abordagem estabelecida no futuro regulamento relativo ao programa espacial, agilizarei também a governação da nossa ação no domínio do espaço, tendo em vista a eficiência e uma repartição clara das funções e responsabilidades, procurando complementaridades.

Procurarei assegurar sinergias entre o espaço e a defesa: as infraestruturas espaciais da UE têm uma dimensão de defesa e segurança e o Fundo Europeu de Defesa tem uma importante componente espacial. Forneci mais pormenores na minha resposta à pergunta sobre as relações entre espaço e defesa.

Por último, o setor espacial europeu terá de reagir às grandes mudanças que o setor atravessa. Por um lado, os serviços espaciais estão a tornar-se cada vez mais importantes para a nossa economia e a nossa sociedade. Quase 10 % da nossa economia depende do espaço. Por outro lado, o setor espacial está a atravessar uma profunda transformação com novos intervenientes, tanto privados como públicos, com soluções disruptivas (pequenos satélites, lançadores reutilizáveis).

Precisamos urgentemente de desenvolver uma resposta europeia coerente: uma abordagem europeia sobre «Um novo espaço», tanto no setor a montante como no setor a jusante. Para tal, utilizarei plenamente as disposições do futuro regulamento que estabelece o programa espacial da UE para apoiar:

- A investigação espacial e a inovação disruptiva, em combinação com o Horizonte Europa e o financiamento do InvestEU para desenvolver tecnologias estratégicas como a robótica, a propulsão elétrica e as tecnologias quânticas.
- As empresas espaciais em fase de arranque no seu acesso ao financiamento, contratos públicos e primeiros contratos.

- O desenvolvimento de aplicações a jusante, nomeadamente no domínio da Internet das coisas e dos automóveis autónomos.

Temos uma excelente indústria espacial na Europa, temos uma visão clara para o futuro do ecossistema espacial europeu e, no próximo orçamento de longo prazo, teremos um conjunto coerente de instrumentos para moldar a nossa política espacial em benefício dos cidadãos e da sociedade europeus, incluindo a sua segurança e a sua economia.

Trabalharei com o Parlamento Europeu, o Conselho e a indústria para garantir que a UE produza resultados.

Tecnologias quânticas

Será essencial para a prosperidade, a soberania e a segurança tecnológicas a longo prazo da Europa estar na vanguarda da evolução da tecnologia quântica. O meu objetivo é estimular a emergência de cadeias de valor europeias nestas tecnologias e ajudá-las a chegar a mercados amplos. Para o efeito, a Europa terá de concretizar comercialmente a sua excelência em matéria de investigação física quântica e apoiar os empresários e os investigadores a testar, qualificar e desenvolver a sua tecnologia em sistemas operacionais para aplicações civis, bem como para a sua aceitação no domínio espacial e militar.

Por exemplo, com o advento da computação quântica, todos os nossos métodos criptográficos atuais poderão em breve tornar-se vulneráveis com importantes consequências para a confiança nos nossos sistemas de informação. Será essencial para a Europa investir no desenvolvimento da próxima geração de criptografia que esteja preparada para o futuro e seja inviolável. Tal como acima referido, apoiarei a implantação da infraestrutura de comunicação quântica (ICQ) à escala da União, com base nos componentes e sistemas da tecnologia terrestre e espacial.

Ligações entre espaço, defesa e segurança

O espaço é um ativo estratégico para a Europa. É uma questão industrial e uma questão de soberania estratégica da UE. Existe, de facto, uma ligação crucial entre o espaço, a defesa e a segurança.

Gostaria de sublinhar que melhorar a ligação entre o espaço, a defesa e a segurança não significa que a UE venha a alterar a dimensão civil dos investimentos da UE no espaço. Os programas Galileo e Copernicus são e continuarão a ser programas civis sob controlo civil, embora possam também responder às necessidades de segurança e de defesa. Manter a natureza civil dos investimentos da UE no espaço permitir-nos-á colher todos os benefícios que as tecnologias e os serviços espaciais proporcionam ao crescimento inteligente e ao bem-estar dos cidadãos na sua vida quotidiana através de uma vasta gama de aplicações espaciais.

No que respeita à ligação entre o espaço, a defesa e a segurança, podemos destacar o seguinte:

Em primeiro lugar, numa perspetiva industrial, as tecnologias espaciais e de defesa estão (intrinsecamente) ligadas, uma vez que muitas tecnologias espaciais são de dupla utilização. Os intervenientes no setor da defesa também dependem de serviços espaciais, como o posicionamento global, a comunicação por satélite ou a vigilância do espaço. Os intervenientes industriais espaciais também são fornecedores de tecnologia e de capacidades de defesa e partilham algumas características comuns (alta tecnologia, alto risco e utilização intensiva de capital com ciclos de desenvolvimento longos). Exigem despesas públicas de investigação e

desenvolvimento para manter os conhecimentos especializados e as capacidades industriais. As indústrias do setor espacial e da defesa enfrentam uma concorrência global sem precedentes e grandes desafios tecnológicos com a emergência de tecnologias de ponta (robótica, inteligência artificial, cibersegurança, etc.). Procurando sinergias e um enriquecimento mútuo, se for caso disso, entre o espaço e a defesa nos programas da UE, pretendemos utilizar os nossos recursos e tecnologias de forma eficiente e criar economias de escala.

Em segundo lugar, o espaço é um fator essencial para a independência de ação da UE. Trata-se de um instrumento importante para todos os intervenientes no domínio da segurança, como a polícia, a proteção civil, os gestores de situações de emergência ou os intervenientes na gestão das fronteiras. Os programas espaciais Galileo e Copernicus já prestam serviços relacionados com a segurança. Os serviços de segurança e de emergência do Copernicus e, em especial, o serviço público regulado do Galileo podem ser utilizados pelas entidades públicas para serviços de emergência, operações e gestão de crises. Apoiarei os Estados-Membros no seu trabalho em prol da adoção desses serviços.

No próximo orçamento de longo prazo da UE, propomos também duas novas iniciativas espaciais relacionadas com a segurança, que assentam em grande medida no princípio da mutualização e partilha de ativos existentes:

- As comunicações governamentais por satélite disponibilizarão comunicações seguras por satélite aos intervenientes civis e no domínio da segurança.
- O conhecimento da situação no espaço, incluindo, em particular, a vigilância e o rastreio de objetos no espaço, manterá os nossos satélites e lançamentos ao abrigo de detritos espaciais e outros perigos no espaço e do espaço.

No âmbito do Fundo Europeu de Defesa, trabalharei com os Estados-Membros para continuar a identificar prioridades com vista a melhorar a ligação crucial entre o espaço, a defesa e a segurança. Tal poderá incluir as capacidades e o desenvolvimento dos sensores necessários para a vigilância e o conhecimento da situação no espaço, bem como a sua resiliência, e a segurança do posicionamento, da navegação e da sincronização, além das capacidades governamentais de comunicação por satélite.

Nas suas orientações políticas, a Presidente eleita manifestou a sua intenção de reforçar o Fundo Europeu de Defesa (FED) para apoiar a investigação e o desenvolvimento de capacidades. Que medidas concretas pretende tomar, nomeadamente medidas financeiras, tendo em vista o reforço do FED? De que modo prevê garantir que o Fundo promova a cooperação entre empresas e países em toda a União e facilite a criação de novas redes de cooperação, incluindo aquelas em que as PME participam?

Nos últimos anos, os europeus comprometeram-se a reforçar a segurança e a defesa europeias através do reforço do investimento na defesa, do desenvolvimento de capacidades e da disponibilidade operacional. Todas estas iniciativas de defesa visam, em última análise, promover a cooperação em matéria de defesa na Europa e reforçar a capacidade da UE para atuar como garante da segurança. Com os instrumentos disponíveis, em especial no domínio da indústria da defesa, apoiarei as iniciativas para uma verdadeira União da Defesa, em estreita colaboração com o Alto Representante/Vice-Presidente.

Quero reforçar a cooperação em matéria de defesa, tanto do lado da oferta como do lado da procura. A indústria europeia da defesa está altamente fragmentada com os Estados-Membros a gastar os seus orçamentos de defesa a nível nacional e a definir os seus requisitos técnicos para o equipamento militar a nível nacional. Por exemplo, os Estados-Membros têm 17 tipos de tanques de combate, enquanto os EUA têm um. Estima-se que a ausência de cooperação entre os Estados-Membros no domínio das indústrias de defesa e da segurança custe anualmente entre 25 e 100 mil milhões de EUR. Devido a despesas ineficazes, a indústria europeia corre o risco de não ter capacidade tecnológica para construir a próxima geração de capacidades críticas de defesa e de perder competitividade a nível nacional e mundial. Em última análise, esta deficiência irá afetar a soberania estratégica da UE e a sua capacidade de agir enquanto fator de segurança. Procurarei assegurar a aplicação de todas as iniciativas adotadas para promover a cooperação e apoiar a competitividade da indústria de defesa europeia, permitindo-lhe beneficiar das oportunidades oferecidas pelo mercado único.

Uma contribuição essencial é o lançamento do Fundo Europeu de Defesa (FED): trata-se de um fator de mudança, na medida em que incentiva os Estados-Membros e a indústria de defesa europeia, incluindo as PME, a cooperar no desenvolvimento conjunto das tecnologias e capacidades necessárias para garantir a segurança da Europa.

A minha primeira prioridade consistirá em concluir, no contexto das negociações globais sobre o quadro financeiro plurianual, as negociações sobre o regulamento que cria o Fundo Europeu de Defesa e, em especial, a sua dotação de financiamento.

O meu segundo desafio será assegurar o êxito da sua aplicação; neste contexto, tirarei partido da experiência dos seus dois programas-piloto (a ação preparatória em matéria de investigação no domínio da defesa, que financiou já 18 projetos, e o programa europeu de desenvolvimento industrial no domínio da defesa, que financiará nos próximos dois anos cerca de 20 projetos industriais). Beneficiarei ainda de uma nova estrutura da Comissão, a Direção-Geral da Indústria da Defesa e do Espaço, e adaptarei a estrutura administrativa às necessidades específicas decorrentes dos projetos de defesa. Reforçaremos, em especial, a nossa cooperação com os Estados-Membros e a indústria da defesa, atraindo assim competências de defesa dos Estados-Membros para escorar a nossa própria experiência.

A minha terceira prioridade será assegurar a coerência com as outras iniciativas de defesa e o planeamento a longo prazo. Com efeito, para que o FED tenha impacto, é essencial que concentremos os meios em projetos de valor acrescentado estratégico para a segurança da Europa. Ao mesmo tempo, é importante que a cooperação seja eficaz para que se preveja algum planeamento a médio prazo entre os Estados-Membros. Por conseguinte, trabalharei em estreita colaboração com os Estados-Membros no âmbito do comité do programa do Fundo, mas também em plena coerência com os projetos da cooperação estruturada permanente (CEP) (que permitem obter um prémio de 10 %, se selecionados, no âmbito do Fundo Europeu de Defesa). Tudo farei ainda para que o Fundo Europeu de Defesa contribua para o reforço da NATO. O Fundo Europeu de Defesa será coerente com o Processo de Planeamento de Defesa da NATO através das prioridades do Plano de Desenvolvimento de Capacidades (PDC) da UE, tendo em conta outras prioridades regionais, como as acordadas no âmbito da NATO. Informarei regularmente o Parlamento Europeu sobre as prioridades anuais do FED e sobre o planeamento estratégico a mais longo prazo.

Em quarto lugar, implementarei as disposições previstas no Fundo Europeu de Defesa sobre a participação das PME. Um dos objetivos do Fundo é abrir as cadeias de valor da defesa em toda a Europa, a fim de apoiar a indústria de defesa de todas as dimensões e de todos os Estados-

Membros. Tal será incentivado através do Fundo (com prémios específicos associados à participação de PME ou com categorias específicas de PME de projetos), mas temos de fazer mais. Organizarei seminários centrados nas PME em cada Estado-Membro, a fim de maximizar a sua sensibilização para as oportunidades oferecidas pelo Fundo Europeu de Defesa, e organizarei eventos para o estabelecimento de parcerias com as PME em projetos de defesa relevantes.

Em quinto lugar, quero desenvolver a dimensão de inovação disruptiva do Fundo e garantir que a parte do orçamento específico que lhe é atribuído (entre 4 % e 8 %) tenha um impacto real na atração de empresas de fora do setor da defesa, de empresas em fase de arranque e de empresários, e na garantia da liderança da Europa em soluções tecnológicas estratégicas.

Por último, garantirei o máximo de sinergias entre todos os instrumentos de financiamento, em especial o Fundo Europeu de Defesa, o Programa Espacial da UE e o Programa Digital para a Europa.

- A pasta que Ursula von der Leyen lhe confiou cobre a indústria e as PME, os serviços digitais, o espaço, a indústria da defesa, os serviços audiovisuais, o mercado interno, etc. Coordenar e conduzir iniciativas políticas no quadro de uma pasta com uma amplitude sem precedentes, que integra duas atuais DG e uma nova DG, mantendo simultaneamente um elevado nível de qualidade, será um desafio. Como tenciona gerir e coordenar uma pasta desta dimensão, assegurando simultaneamente sinergias e uma cooperação harmoniosa entre as três DG?

Gestão da pasta

Enquanto Ministro da Economia, das Finanças, da Indústria, da Telecomunicações, do Comércio Externo, do Orçamento, das PME e do Turismo de 2005 a 2007 em França, fui diretamente responsável por 22 estruturas de 14 direções-gerais e 8 agências estatais, e liderei o trabalho de mais de 180 000 funcionários públicos.

O que é da máxima importância é a coerência da carteira: o digital intervém em todas as outras dimensões desta carteira. A integração das competências para a era digital, a indústria, o mercado único, o audiovisual, a defesa e o espaço faz sentido, uma vez que permitirá ativar os instrumentos necessários para concretizar as prioridades e ambições políticas. Envio um sinal claro e forte de que a Europa compreende muito bem as ligações intrínsecas entre todos estes aspetos na era digital.

Reconheço a amplitude desta pasta, mas acredito ter adquirido na minha vida profissional a capacidade de gerir organizações muito grandes no pleno respeito do seu contexto e da sua cultura, que não são necessariamente os mesmos no setor público ou no setor privado.

Sei que, independentemente da dimensão da organização, tudo se resume a uma abordagem humana à gestão e às pessoas.

Quando os objetivos são claros, podemos colocar as organizações em movimento.

E os meus objetivos são claros: colocar ao serviço do mercado interno todos os instrumentos de apoio à digitalização de todas as dimensões da nossa economia e da nossa sociedade no novo mundo que aí vem, sejam elas do ambiente, da sociedade, da indústria, dos meios de comunicação social, do espaço, da defesa, do turismo ou das PME.

Certificar-me-ei de que as três Direções-Gerais sob a minha tutela avançam no mesmo sentido desde o primeiro dia da nova Comissão e que, coletivamente, cumprimos os objetivos políticos de alta qualidade.

É isto que tenho feito toda a minha vida, por todas as organizações de que fui responsável, sempre com o mesmo espírito de pleno empenhamento da minha única declaração de missão. Será esta a minha prioridade para concretizar a ambição da Presidente eleita.

Sinergias e cooperação

Na nossa economia em rápida mutação, a Comissão tem de oferecer aos intervenientes dos setores público e privado uma visão holística que reúna todas as vertentes de trabalho pertinentes.

As sinergias e o sentimento de cooperação entre as três direções-gerais poderiam ser concretizadas através de várias «missões comuns transversais».

A digitalização introduz melhorias radicais em todo o ciclo industrial desde a conceção dos produtos até ao fabrico, comercialização e serviços pós-venda. Por conseguinte, uma política industrial voltada para o futuro já não pode fazer uma distinção entre a dimensão física e a dimensão digital. Essa estratégia deverá propor uma abordagem integrada do trabalho existente das três direções-gerais, começando por um quadro regulamentar favorável. Também precisamos de assegurar a soberania tecnológica da Europa, preservando e reforçando o nosso tecido industrial.

A realização deste objetivo significa dar resposta a questões horizontais de uma forma integrada, reunindo várias vertentes de trabalho das três direções-gerais em conjunto. Solicitar-lhes-ei que lancem em conjunto uma série de diálogos setoriais com vista a desenvolver estratégias coerentes e com impacto. Por exemplo, quero lançar imediatamente um grupo de trabalho sobre o modo como a Internet das coisas e a computação de proximidade mudarão nos próximos cinco anos o panorama industrial europeu de todas as nossas PME e grandes empresas industriais.

Precisamos de fazer o mercado único digital por defeito. A este título, explorarei as sinergias das Direções-Gerais do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME (DG GROW), das Redes de Comunicação, Conteúdos e Tecnologias (DG CNECT) e da nova DG Indústria e Espaço de Defesa para criar uma visão comum do desenvolvimento da legislação sobre serviços digitais. A próxima legislação sobre serviços digitais basear-se-á nestas sinergias, proporcionando maior clareza jurídica às empresas e protegendo melhor os direitos e a segurança dos cidadãos em linha.

Paralelamente, é necessário melhorar a aplicação das regras do mercado único, tanto em linha como fora de linha. Proporei a criação de uma equipa conjunta de implementação do mercado único nas três direções-gerais. Será uma interface única para todas as questões relacionadas com a aplicação da legislação, garantindo sinergias e coerência no nosso controlo da aplicação das regras do mercado único.

Recuperar a soberania tecnológica e manter a liderança industrial da Europa exigem frequentemente projetos de grande escala de interesses estratégicos que ultrapassam as fronteiras e os recursos de uma única empresa ou de um único Estado-Membro. Neste contexto, as três direções-gerais serão complementares, combinando os seus conhecimentos em matéria

de governação industrial, espacial e de defesa e em áreas tecnológicas fundamentais como a computação de alto desempenho e a computação quântica, a IA, a cibersegurança e a 5G, entre outras.

Existem já sinergias frutuosas entre as indústrias digitais e tradicionais criativas. Por exemplo, a impressão 3D permite uma combinação sem precedentes da conceção ecológica e da arquitetura criativa. As simulações de realidade virtual por produtores de conteúdos profissionais permitem a formação de operadores de máquinas complexas. Dada a importância do setor audiovisual para a economia da UE (mais de 110 mil milhões de EUR de volume de negócios e 1 milhão de postos de trabalho criados), tudo farei para que tenha êxito.

Além disso, gostaria de reunir os conhecimentos especializados e os recursos através de toda a pasta para fazer face a um dos maiores desafios do nosso tempo: cibersegurança em toda a parte. Imprimir unidade e sentido de objetivo às três direções-gerais maximizará o nosso impacto na luta contra as ciberameaças.

De igual modo, quero uma abordagem transversal às PME. É por esta razão que irei criar um novo grupo de trabalho para as PME que reúna as unidades das três direções-gerais que tratam da matéria e dê apoio ao trabalho do representante para as PME. Um domínio de interesse comum será ajudar as empresas em fase de arranque a crescer na Europa.

Para concluir, a integração destes conhecimentos constitui uma oportunidade única não só para cumprir os objetivos existentes, como o da promoção das empresas europeias, mas também para que a Comissão possa responder de forma mais eficaz ao desafio de construir um setor industrial sustentável e neutro em termos de carbono, onde só uma abordagem concertada pode evitar o mais baixo denominador comum que resultaria da atual abordagem em circuito fechado.

Além disso, como tenciona garantir a aplicação plena e efetiva da legislação em vigor no âmbito da pasta que lhe é proposta, em particular no que concerne ao mercado único digital? De que meios e medidas concretas lançará mão para garantir a aplicação e o cumprimento do acervo da UE pelos Estados-Membros?

O mercado único só pode funcionar corretamente se as regras forem aplicadas de forma coerente em todos os Estados-Membros, independentemente da sua dimensão. Por conseguinte, apresentarei uma estratégia de aplicação e execução para assegurar a plena e efetiva aplicação das regras.

Desenvolverei uma avaliação cuidadosa dos obstáculos remanescentes, identificando os que têm um impacto especial no crescimento económico e na criação de emprego. Prosseguirei uma abordagem setorial específica, aplicando as medidas de execução onde terão o maior impacto, tanto em termos económicos como regulamentares. Num determinado setor, lançarei uma análise específica para verificar de forma proativa se a legislação da UE é bem aplicada pelos Estados-Membros, em vez de basear as ações por incumprimento nas queixas individuais recebidas.

A minha intenção é trabalhar em parceria com os Estados-Membros para garantir que a legislação da UE é efetivamente aplicada. Centraremos prioritariamente o apoio da Comissão na correta aplicação das diretivas, através da emissão de orientações e da assistência às autoridades dos Estados-Membros. Gostaria igualmente de recorrer ainda mais aos

procedimentos de notificação da nova legislação dos Estados-Membros, a fim de assegurar uma aplicação adequada e contínua das regras da UE em vigor (por exemplo, ao abrigo do comércio eletrónico ou ao abrigo das Diretivas «Transparência»). Lançarei um diálogo aprofundado com os Estados-Membros antes de adotarem legislação que possa fragmentar o mercado único. O mercado único digital será um domínio prioritário de execução. Os 28 instrumentos legislativos recentemente adotados no âmbito da estratégia para o mercado único digital têm o potencial de ser um verdadeiro fator de mudança para os cidadãos e as empresas, pelo que as novas regras devem ser aplicadas rapidamente. Trabalhando em estreita colaboração com as autoridades e os reguladores nacionais, irei proceder a uma avaliação dos progressos de implementação, incentivar a partilha das melhores práticas e identificar os principais obstáculos que requerem um reforço do cumprimento da legislação. Em caso de incumprimento persistente, não hesitarei em intentar ações por incumprimento a título prioritário.

As partes interessadas, tais como os cidadãos, as empresas e as autoridades públicas, devem também participar neste processo, conforme adequado. É exemplo a diretiva relativa aos direitos de autor no mercado único digital, recentemente adotada. As regras em matéria de direitos de autor começam a ser transpostas pelos Estados-Membros e temos de garantir que a diretiva é aplicada de forma eficaz e uniforme em toda a UE. Os diálogos com as partes interessadas que estão a ser organizados permitem às partes interessadas exprimir os seus pontos de vista sobre os métodos de aplicação da legislação. O Parlamento Europeu participa neste processo. Na sequência dos diálogos, a Comissão emitirá orientações em 2020, tal como previsto na diretiva.

De que modo pretende assegurar, em conjunto com os seus serviços, uma coordenação eficiente com os comissários cujos domínios de intervenção têm impacto na pasta que lhe foi atribuída ou são afetados pelo seu trabalho, em particular, a Vice-Presidente executiva para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital» e o Vice-Presidente executivo para a pasta «Uma Economia ao Serviço das Pessoas»? Como tenciona garantir, a título pessoal, a boa qualidade das propostas legislativas, a plena transparência das atividades de lobbying (dirigidas a si e aos seus serviços) e a consulta coerente e equilibrada de todas as partes interessadas, tendo igualmente em conta a necessidade de realizar avaliações de impacto exaustivas, em especial no que diz respeito ao impacto de todas as propostas legislativas nas PME?

Contribuirei ativamente para a conceção da nova estratégia industrial e da nova estratégia para as PME, sob a orientação comum da Vice-Presidente executiva para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital» e o Vice-Presidente executivo para a pasta «Uma Economia ao Serviço das Pessoas». Desta forma, garantiremos que estas duas estratégias evitem abordagens compartimentadas e se destinem a ter um impacto real, utilizando todos os instrumentos ao nosso dispor a nível europeu.

Para os dossiês relativos ao mercado único, em especial todas as iniciativas digitais anunciadas nas orientações políticas da Presidente eleita e na minha carta de missão, trabalharei sob a orientação da Vice-Presidente executiva para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital». Será o caso, nomeadamente, da legislação sobre os Serviços Digitais e de uma abordagem europeia da IA.

Tenciono também contribuir ativamente para o objetivo do Pacto Ecológico Europeu, uma vez que qualquer transformação ecológica importante da nossa economia requer uma profunda

mudança na forma como produzimos e consumimos. A minha intenção é garantir que o Pacto Ecológico Europeu tenha um pilar industrial forte e credível. Para este objetivo, trabalharei em especial com o Vice-Presidente Executivo responsável pelo Pacto Ecológico Europeu e com o Comissário responsável pelo Ambiente e os Oceanos.

A fim de assegurar uma abordagem coerente no domínio da defesa com o objetivo de estabelecer uma genuína União da Defesa, trabalharei em estreita colaboração com o Alto Representante/Vice-Presidente.

Trabalharei também em estreita coordenação com os diferentes colegas em dossiês específicos e altamente importantes:

- sobre o Semestre Europeu com o Comissário da Economia, sob a orientação do Vice-Presidente executivo para a pasta «Uma Economia ao Serviço das Pessoas»;
- sobre a proteção dos trabalhadores e a economia social, com o Comissário responsável pelo Emprego;
- sobre questões relacionadas com o audiovisual e o Plano de Ação para a Educação Digital com o Comissário responsável pela Inovação e Juventude;
- sobre o pluralismo dos meios de comunicação social e a luta contra a desinformação com o Vice-Presidente para a pasta «Valores e Transparência» e o Comissário responsável pela Justiça;
- sobre a luta contra as ameaças híbridas com a Comissária responsável pelos Assuntos Internos e o Vice-Presidente responsável pela Proteção do Modo de Vida Europeu.

Por último, na qualidade de membro do Colégio, contribuirei ativamente e participarei na colegialidade das decisões tomadas pela Comissão para promover o interesse geral europeu.

Tenciono estabelecer uma parceria forte com os meus colegas, baseada na confiança, na abertura e no respeito mútuos.

Qualidade da legislação, consulta das partes interessadas, impacto nas PME, transparência

Tenho a firme convicção de que qualquer legislação se deve basear numa análise aprofundada do seu potencial impacto e deve ser proporcional ao objetivo pretendido. Por conseguinte, procurarei assegurar que qualquer legislação que venha a propor se baseie numa boa avaliação de impacto, permita avaliar as deficiências do atual quadro regulamentar e apresente várias opções e uma análise cuidadosa e pormenorizada do seu impacto, especialmente nas PME. É minha convicção que são necessários esforços para evitar encargos desproporcionados para as PME. Por conseguinte, velarei por que os meus serviços apliquem os princípios do «teste PME» aquando da realização de avaliações de impacto. Utilizarei também todos os canais para receber as opiniões das próprias PME diretamente.

Assegurarei que todas as partes interessadas tenham a oportunidade de ser ouvidas através de consultas aprofundadas. Nenhuma parte interessada terá uma posição privilegiada nem um acesso privilegiado. Velarei por que os diferentes pontos de vista e perspetivas sejam ouvidos e tidos em conta na preparação das propostas da Comissão: indústria e PME de diferentes setores e regiões, parceiros sociais e, obviamente, organizações da sociedade civil. Dada a diversidade da Europa, trata-se de um elemento crucial para uma boa elaboração das políticas.

Quero também poder consultar regularmente os deputados do Parlamento Europeu e os representantes dos Estados-Membros.

Quanto à questão crucial da transparência, os meus serviços e eu respeitaremos firmemente as regras em matéria de transparência e utilizaremos o Registo de Transparência, em conformidade com as regras da Comissão aplicáveis, quando consultados por quaisquer partes interessadas.

Como irá, juntamente com os seus serviços, assegurar uma cooperação reforçada com a Comissão ITRE? Que medidas concretas tenciona tomar para garantir que a Comissão ITRE disponha, em tempo útil e de forma pró-ativa, as mesmas informações que o Conselho e os Estados-Membros, no concernente às iniciativas legislativas previstas ou a outras iniciativas importantes? Que medidas tenciona tomar para facilitar o controlo pela Comissão ITRE dos processos legislativos e não legislativos, fornecendo-lhe numa fase precoce todas as informações necessárias no quadro da preparação de atos legislativos, atos delegados e atos de execução, bem como para facilitar o acompanhamento da respetiva aplicação? Como tenciona assegurar que a Comissão ITRE seja corretamente informada e associada no quadro de acordos internacionais que se insiram no seu domínio de intervenção?

Estou ciente da importância da confiança, da cooperação e da transparência entre a Comissão Europeia e os legisladores do Parlamento Europeu e do Conselho. Acredito firmemente que servimos melhor os interesses dos cidadãos europeus quando todos trabalhamos num espírito conjunto.

É evidente que esta cooperação funciona melhor se tiver início numa fase precoce do processo legislativo. Quero trabalhar com o Parlamento Europeu e as suas comissões, incluindo, evidentemente, as comissões ITRE e IMCO, desde o início. A mesma abordagem é válida para cada assunto, seja ele legislativo ou não, para a elaboração de políticas e para o diálogo político. Terei todo o prazer em assistir a reuniões regulares das comissões e assegurar que todas as comissões parlamentares competentes estejam envolvidas em quaisquer desenvolvimentos importantes sob a minha responsabilidade.

Tenciono manter contactos regulares e reunir-me com os membros das comissões, em especial com os coordenadores e os relatores em cada questão individual. aguardo com expectativa a oportunidade de trabalhar em estreita colaboração com o PE, num espírito de abertura e flexibilidade para conceber, desenvolver e acordar as políticas e estratégias de que necessitamos para o futuro. Velarei igualmente por que esta abertura e disponibilidade se estendam aos meus serviços nas DG em causa.

Perguntas da Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores

A fragmentação do mercado interno apresenta desafios tanto para os consumidores como para as empresas. Que medidas e instrumentos a longo prazo tenciona propor para reforçar o mercado interno e garantir que as normas em vigor sejam correta e atempadamente aplicadas e cumpridas, a fim de apoiar a competitividade das empresas europeias e criar benefícios concretos para os consumidores? Tendo em conta a

necessidade de assegurar um equilíbrio entre a proteção dos consumidores e a simplificação para as empresas, como pretende resolver o problema da complexidade regulamentar e das barreiras regulamentares e não regulamentares nacionais injustificadas no mercado interno?

O mercado único, em todas as suas dimensões, desempenha um papel fundamental para garantir que a economia funciona para todos: empresas, consumidores e trabalhadores. Esta é uma das realizações mais notáveis da integração europeia. Quanto melhor for o mercado único, melhor para a Europa. No entanto, a sua integração ainda não foi plenamente alcançada.

Por conseguinte, velarei por que as nossas regras comuns europeias sejam cumpridas e aplicadas de forma coerente. Não só porque são regras acordadas em comum, mas porque acredito firmemente no princípio do mercado único. Não hesitarei em aplicar a legislação da UE, utilizando o mesmo grau de determinação para todos os Estados-Membros, grandes ou pequenos, a leste, a oeste, a norte ou a sul, para acabarmos com a crescente fragmentação que podemos testemunhar em certos domínios importantes do mercado único nos últimos anos. Quero trazer uma visão e uma nova energia que nos permita avançar em conjunto, em vez de nos afastarmos.

Os meus objetivos para melhorar a abordagem da aplicação da legislação são os seguintes:

- definir prioridades setoriais em matéria de aplicação que tenham o maior impacto possível junto das nossas empresas e dos nossos cidadãos;
- reforçar os instrumentos de resolução de problemas baseados na cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão, como a rede SOLVIT;
- acelerar o tratamento dos procedimentos por infração por parte da Comissão;
- apresentar, juntamente com os colegas competentes, um plano de ação para o reforço do mercado único, identificando os obstáculos que mais prejudicam as nossas economias; e ainda
- trabalhar com os Estados-Membros para garantir que nos notificam as respetivas regras técnicas da mesma maneira.

Trabalharei também no sentido de melhorar os nossos sistemas de fiscalização do mercado e de reconhecimento mútuo, tal como específico na resposta que se segue.

Para melhorar a realização efetiva do mercado único no terreno, irei alargar o acesso à informação e ao aconselhamento dos cidadãos e das empresas. O portal «A sua Europa» passará a ser a espinha dorsal de um portal digital único. Reforçarei ainda mais a cooperação entre as administrações nacionais através do Sistema de Informação do Mercado Interno (IMI). A atual reforma do Painel de Avaliação do Mercado Único irá também melhorar o controlo e a avaliação comparativa do desempenho dos Estados-Membros, criando uma pressão interpares e apoiando a tomada de decisões com base em dados concretos. Continuarei a trabalhar com todos os meus colegas envolvidos no Semestre Europeu como forma de aplicar os princípios do mercado único.

Será essencial encontrar o equilíbrio certo entre a defesa do consumidor e a simplificação para as empresas. A existência de regras eficazes e eficientes reforça a confiança dos consumidores

e ajuda as empresas que vendem os seus produtos e serviços. Espero poder trabalhar em estreita colaboração com outros membros do Colégio e, em especial, com o Comissário da Justiça, a fim de assegurar a coordenação necessária.

Que medidas prevê no domínio da livre circulação de mercadorias, tendo em conta a legislação recentemente adotada em matéria de reconhecimento mútuo e fiscalização do mercado de produtos? A este respeito, como tenciona garantir que a legislação da UE relativa às mercadorias se adapte à era digital, recolhendo os benefícios e enfrentando os desafios do progresso técnico no domínio da digitalização, como os relacionados com a inteligência artificial, impedindo, simultaneamente, a circulação no mercado da UE de produtos não conformes ou perigosos, fornecendo aos consumidores informações exaustivas e garantindo às empresas condições de concorrência equitativas?

O Regulamento sobre o Reconhecimento Mútuo assegurará que as empresas e os consumidores possam aceder facilmente às informações pertinentes sobre as regras nacionais aplicáveis aos seus produtos. Proporei aos Estados-Membros que implementem parcerias a nível governamental que permitam o reconhecimento mútuo de facto em setores específicos: se um produto for considerado conforme num Estado-Membro, será automaticamente reconhecido noutra. Tal impulsionará o comércio e o crescimento económico em domínios em que não existe harmonização da UE.

O Regulamento relativo à Fiscalização do Mercado e à Conformidade dos Produtos vem melhorar o cumprimento da legislação, aborda as questões relacionadas com os produtos vendidos em linha e melhora a cooperação entre as autoridades responsáveis pela aplicação da lei. Abordarei igualmente a questão dos produtos não conformes. Os produtos não conformes são perigosos para os consumidores, mas também comprometem a igualdade das condições de concorrência para as empresas, proporcionando vantagens competitivas às empresas que não cumprem as regras. Em 2017, cerca de 32 % dos brinquedos e 58 % dos produtos eletrónicos inspecionados não cumpriam os requisitos da UE em matéria de segurança ou de informação dos consumidores. Para resolver estas questões, a proposta da Comissão relativa a um programa para o mercado único (PMS) prevê, nomeadamente, uma maior ênfase nas atividades de fiscalização do mercado. Estou também convencido dos benefícios da criação da rede da UE para a conformidade dos produtos.

Esta rede virá:

- criar metodologias comuns baseadas nos riscos para identificar produtos não conformes;
- lançar ações coletivas entre as autoridades de fiscalização do mercado da UE;
- assegurar uma melhor cooperação com as autoridades aduaneiras e os portos para uma melhor proteção contra produtos não conformes provenientes de países terceiros; e ainda
- fazer o levantamento de todos os laboratórios europeus existentes para o ensaio de produtos, a fim de aumentar as sinergias

Além disso, é necessário rever mais aspetos do quadro legislativo sobre a livre circulação de mercadorias no que diz respeito à digitalização. As diferenças entre produtos, serviços e soluções digitais são cada vez mais ténues. Isto também tem consequências sobre a forma como as trocas comerciais no mercado único são realizadas. A implantação da IA em todos os setores terá um impacto profundo na nossa economia e sociedade. Nos primeiros 100 dias subsequentes à tomada de posse da nova Comissão, juntamente com a Vice-Presidente executiva para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital», encabeçarei a apresentação de propostas relativas a uma abordagem europeia comum para a IA.

Tenciono desenvolver o Regulamento Cibersegurança e implantar sistemas de certificação da cibersegurança em domínios prioritários como a 5G, a computação em nuvem e os dispositivos conectados. Em conformidade com as disposições do Regulamento Cibersegurança e em cooperação com a ENISA e os Estados-Membros, analisarei em devido tempo a necessidade de certificação obrigatória para determinadas categorias de produtos das TIC.

Teremos de rever o atual acervo e ajustá-lo, se necessário. A Diretiva Máquinas é a legislação europeia de base para a segurança dos robôs ou impressoras 3D, entre outros. Quero supervisionar a revisão da diretiva para a adaptar à IA, à Internet das coisas (IdC) e à nova geração de robôs. Além disso, devemos utilizar a Diretiva Equipamentos de Rádio para reforçar as regras obrigatórias (privacidade, proteção contra fraudes, carregamento de software) para colocar no mercado uma vasta gama de produtos conectados sem fios, incluindo dispositivos sem fios da IdC.

Qualquer iniciativa legislativa neste domínio seguirá, por conseguinte, uma análise sólida baseada em dados concretos e um diálogo inclusivo com as partes interessadas. Analisarei cuidadosamente o seu impacto a todos os níveis e assegurarei que as nossas novas regras sejam bem orientadas, proporcionadas e fáceis de cumprir, sem criar burocracia desnecessária.

Que iniciativas políticas e medidas de aplicação concretas tenciono propor para melhorar o mercado único dos serviços, nomeadamente os serviços e qualificações profissionais, os serviços da economia colaborativa, os serviços públicos e contratos públicos, em particular no contexto das oportunidades oferecidas pelas tecnologias digitais, a fim de reduzir os encargos administrativos injustificados, promover o empreendedorismo e tornar o setor europeu dos serviços competitivo a nível mundial nas próximas décadas? Tendo em conta que a produtividade e o crescimento da Europa estão fortemente ligados ao setor dos serviços, que medidas ambiciosas pretende adotar para promover a livre circulação dos serviços digitais e o desenvolvimento de serviços fiáveis baseados na inteligência artificial?

Os serviços são, de longe, a maior parte da economia em todos os Estados-Membros. No conjunto da UE, o setor dos serviços representa cerca de 70 % do PIB e do emprego. Mas o mercado único dos serviços não está a funcionar tão bem como poderia. Quero mudar esta situação.

Tenciono desenvolver e aprofundar a parceria com os Estados-Membros para assegurar a correta aplicação das regras em vigor. Já dispomos de instrumentos legislativos, nomeadamente a Diretiva Serviços. O meu objetivo será assegurar a sua aplicação e o seu cumprimento. Irei explorar novas formas de alcançar este objetivo, por exemplo através da criação de uma rede europeia de autoridades nacionais para o mercado único. Poderemos assim reforçar o diálogo e a parceria entre o nível europeu e o nível nacional, assegurando, ao mesmo tempo, uma melhor compreensão e aplicação das regras.

Velarei por que os instrumentos em vigor, como o Regulamento relativo ao Portal Digital Único, a Diretiva relativa ao Reconhecimento das Qualificações Profissionais e a Diretiva relativa aos Testes de Proporcionalidade, sejam aplicados de forma ambiciosa. Mais uma vez, embora a transposição seja a obrigação principal dos Estados-Membros, tal exige o desenvolvimento da parceria existente que a Comissão tem com eles. Prestarei especial atenção à forma como tal acontece, a fim de assegurar uma maior competitividade dos prestadores de serviços da UE. Velarei igualmente por que a carteira profissional europeia, um procedimento inteiramente eletrónico para o reconhecimento transfronteiras das qualificações profissionais, seja adaptada aos mais recentes desenvolvimentos económicos e tecnológicos. Gostaria de alargar este reconhecimento para além do número até agora limitado de profissões para as quais se encontra atualmente disponível.

O comércio de serviços e mercadorias através de plataformas em linha tornou-se uma parte essencial da economia da UE. Mais de 1 milhões de empresas da UE fazem negócio em plataformas em linha. Estou plenamente consciente de que precisamos de garantir que as maiores empresas atuam de forma equitativa e não sucumbem à tentação de explorar a crescente dependência das empresas, em especial das PME, dos seus serviços. O Regulamento relativo às Relações entre as Plataformas e as Empresas recentemente adotado, a primeira regulamentação mundial das plataformas em linha do seu género, é um passo fundamental neste sentido. Como prioridade, teremos de aplicar essas regras de forma eficaz, acompanhar continuamente o setor e avaliar se é necessário fazer mais, em especial no que diz respeito às maiores plataformas que operam na UE.

Em alguns casos, é necessária legislação nova para reforçar o mercado único. Apresentarei novas regras adequadas à era digital no domínio dos serviços digitais e da IA.

Com a legislação relativa aos Serviços Digitais, tenciono estabelecer um quadro regulamentar mais forte e coerente em torno da prestação de serviços digitais, incluindo as plataformas em linha. Apoiarei as empresas europeias em fase de arranque e em expansão, abrirei o mercado único a empresas inovadoras, protegerei os cidadãos e salvaguardarei os seus direitos, nomeadamente a sua liberdade de expressão, e criarei um sistema eficaz de supervisão, cooperação e aplicação das regras.

Estas regras complementarão os progressos já realizados para combater tipos específicos de conteúdos ilegais através de instrumentos jurídicos específicos (por exemplo, a Diretiva relativa aos Direitos de Autor no mercado único digital, a alteração da Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual, a Diretiva relativa à luta contra o abuso sexual e a exploração sexual de crianças e a pornografia infantil, a proposta de regulamento relativo aos conteúdos terroristas em linha), bem como através de medidas de apoio, como a adoção de códigos de conduta e outras formas de cooperação voluntária. A proposta de legislação relativa aos serviços digitais basear-se-á numa análise sólida e num diálogo inclusivo com as partes interessadas.

É igualmente necessário continuar a refletir sobre a melhor forma de dar resposta a outros desafios emergentes relacionados com a economia das plataformas, tais como as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas ou as preocupações relativas às plataformas da economia colaborativa. Os serviços prestados através de plataformas em linha abriram novas oportunidades laborais, como a flexibilidade do tempo de trabalho, mas há uma incerteza crescente sobre várias questões, nomeadamente o estatuto profissional, as condições de trabalho, o acesso à proteção social e o acesso à representação e à negociação coletiva. Em estreita cooperação com o Comissário indigitado responsável pelo Emprego, contribuirei para encontrar formas de melhorar as condições laborais dos trabalhadores das plataformas. Vou

analisar a questão de saber onde os instrumentos do mercado único poderão ser utilizados para este fim.

Como expliquei na minha anterior resposta, sob a égide da Vice-Presidente executiva para a pasta «Uma Europa Preparada para a Era Digital», encabeçarei a apresentação de propostas relativas a uma abordagem europeia comum para a IA. O quadro normativo sólido para a IA deve garantir que o desenvolvimento e a implantação de sistemas de IA nos produtos e serviços se realize no pleno respeito dos direitos fundamentais da UE e as disposições nele previstas devem permitir que tais sistemas funcionem de forma fiável (legal, ética e robusta) em todo o mercado único da UE. Este quadro reforçará e completará o atual acervo legislativo em matéria de segurança e responsabilidade. É essencial que a política europeia de IA evite uma abordagem fragmentada que seria problemática do ponto de vista do mercado único.

Em matéria de contratos públicos, analisarei a possibilidade de propor a criação de um veículo específico para a transformação digital dos contratos públicos, a fim de apoiar os Estados-Membros em quatro domínios: (i) digitalizar totalmente o ciclo de vida dos contratos públicos; (ii) experimentar novas soluções assentes na IA, a fim de preparar o caminho, em especial, para a automatização dos procedimentos da contratação pública; (iii) promover a recolha e a análise de dados; e (iv) aumentar a literacia digital dos compradores. Proporei também novas iniciativas, em cooperação com os Estados-Membros, com o objetivo de tornar os grandes projetos de infraestruturas públicas resistentes às alterações climáticas e de facilitar a contratação pública em cooperação para o clima e o ambiente. Os adquirentes públicos devem utilizar estrategicamente o seu poder de mercado para moldar a indústria e assegurar o desenvolvimento de soluções inovadoras.

As ações nestes quatro domínios facilitarão o acesso aos contratos públicos através de uma maior transparência para todas as partes interessadas. Os procedimentos simplificados beneficiarão especialmente as PME, as empresas em fase de arranque, as empresas em fase de expansão e as empresas sociais. Os novos instrumentos irão aumentar a concorrência nos contratos públicos, proporcionar oportunidades às empresas e dar mais escolha aos compradores públicos. Tenciono facilitar especificamente a contratação pública transfronteiras nas regiões fronteiriças. Tanto num contexto multilateral como bilateral, e em estreita cooperação com o Comissário responsável pelo Comércio, promoverei a adoção das soluções europeias como normas internacionais. As soluções como o eCertis aumentam a transparência e a segurança jurídica e garantirão que as empresas europeias possam competir em condições semelhantes às dos seus concorrentes.